

O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação: uma análise da função social da escola

Specialized Educational Assistance for Students with High Abilities and Giftedness: an analysis of the social function of the school

Vanessa Freitag de Araújo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá- Paraná-Brasil
Gabriely Silveira Nogueira
Instituto Rhema
Maringá- Paraná-Brasil

Resumo

Trata-se de uma pesquisa sobre a função social da escola para o desenvolvimento de alunos com Altas Habilidades e Superdotação, com o objetivo de compreender como se dão as intervenções pedagógicas para as especificidades no Atendimento Educacional Especializado. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados teóricos da abordagem Histórico-Cultural, como Vygotsky (1989) e Leontiev (1978). Embora o debate sobre as Altas Habilidades/Superdotação não seja recente, pouco é abordado sobre o tema, tanto que a literatura científica apresenta diferentes conceitos e existem lacunas na formação docente para atendimento desses alunos. A educação inclusiva é um processo complexo, que depende de fatores distintos, mas que interagem. Para buscar uma educação de qualidade e a supressão do preconceito, é necessário que a sociedade e seus setores atuem de maneira coesa, buscando a igualdade social.

Palavras-chave: Educação; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão.

Abstract

This is a research on the social function of the school for the development of students with High Abilities and Giftedness, with the objective of understanding how pedagogical interventions are given for the specificities in Specialized Educational Assistance. For the development of the study, theorists of the Historical-Cultural approach were used, such as Vygotsky (1989) and Leontiev (1978). Although the debate on High Abilities/Giftedness is not recent, little is addressed on the subject, so much so that the scientific literature presents different concepts and there are gaps in teacher training to serve these students. Inclusive education is a complex process that depends on different but interacting factors. To seek quality education and suppression of prejudice, it is necessary that society and its sectors act in a cohesive way, seeking social equality.

Keywords: Education; Specialized Educational Service; Inclusion.

*O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação:
uma análise da função social da escola*

Introdução

O presente estudo trata-se de uma reflexão sobre Altas Habilidades e Superdotação, mais especificamente sobre a função social da escola para o pleno desenvolvimento desses educandos, bem como a necessidade de ações inclusivas em ambientes escolares para o estímulo desses alunos, visando uma análise crítica da *práxis* pedagógica no cotidiano escolar.

Para se debater as Altas Habilidades e a Superdotação no processo educativo, faz-se necessário compreender, inicialmente, o contexto histórico de construção da inclusão social. Para tanto, a primeira seção do trabalho, intitulada “O processo de inclusão na sociedade: contextualização histórica”, realiza um apanhado sobre como eram tratados os indivíduos com deficiência na Antiguidade, Idade Média e Contemporaneidade, com o intuito de descrição da conjuntura histórica e de compreensão da construção humana em busca uma vida digna em uma sociedade mais tolerante e igualitária.

O processo de inclusão educacional, apesar de não ser recente, ainda é algo em constante construção na sociedade contemporânea, considerando que a resistência ao novo, as alternâncias das políticas de governo, a falta de recursos físicos, materiais e humanos, tornam-se empecilhos para sua consolidação.

No caso específico das Altas Habilidades e Superdotação, a falta de consenso científico em sua conceituação e identificação é um fator que dificulta o trabalho de educadores. Portanto, a seção “Altas Habilidades e Superdotação: conceitos e definições” busca delinear conceitos elaborados por autores de destaque na pesquisa científica sobre a temática, tais como Renzulli (2004), Gama (2006) e Virgolim (2007), bem como de documentos oficiais que regulamentam a legislação brasileira, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC).

A reflexão sobre as instituições escolares de uma perspectiva inclusiva demanda análises a respeito da sustentação teórico-pedagógica do atendimento a esse grupo de educandos e suas especificidades. Nesse sentido, buscou-se aporte teórico em Vygotsky (1989) e Leontiev (1978), que destacam a influência do meio social e cultural para o desenvolvimento de capacidades e do processo educativo. A partir do exposto, é válido destacar que, partindo da estrutura maior (sociedade) para menor (escola e o Atendimento Educacional Especializado), a presente pesquisa recorreu aos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural (THC), visto que o mesmo se “constitui um referencial teórico metodológico na compreensão do psiquismo histórico-cultural [...] ao defender a

essencialidade da educação sistematizada e intencional para o desenvolvimento intelectual mais avançado” (CHAVES; FRANCO, 2016, p. 110).

A compreensão da função social da escola frente às deficiências requer diretamente o conhecimento das políticas públicas educacionais brasileiras. Assim, o último momento do trabalho, que possui como título “Função social da escola frente às Altas Habilidades e Superdotação”, busca analisar a influência e importância das instituições escolares para os indivíduos com Altas Habilidades e Superdotação.

Cabe aqui salientar que não é intuito do trabalho esgotar o tema, não apenas pela impossibilidade fazê-lo, mas sim realizar aproximações sobre uma temática complexa e pouco abordada no âmbito do Atendimento Educacional Especializado se comparado a outras deficiências, direcionadas por uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico-documental.

A pesquisa encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII), liderado pelas professoras Dra. Marta Chaves e Dra. Gizeli Alencar, do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo buscam considerar que para tratar de questões afetas às intervenções pedagógicas e ponderações sobre recursos didáticos, organização da rotina (tempo e espaço) e à formação de professores faz-se necessário uma formação teórica consistente, com fundamento teórico capaz de favorecer estudos e reflexões com vistas a uma organização do ensino caracterizada pela humanização e emancipação.

O processo de inclusão na sociedade: contextualização histórica

As concepções dos sujeitos, com deficiências ou não, divergem conforme o movimento social e contexto histórico em que estão inseridos. Em uma sociedade capitalista, na qual a força de trabalho e o capital humano são instrumentos de troca para a subsistência material, os indivíduos que possuem limitações que porventura os impede de vendê-los e de ser parte ativa do mercado de trabalho, bem como de participar do processo de ensino a fim de aumentar seu capital cultural, são marginalizados, sofrendo os mais diversos tipos de violências, sejam estas físicas ou simbólicas.

Na Antiguidade, os membros com deficiências de um grupo social eram considerados um peso aos demais, pois não podiam lutar e se afastar por longos períodos e distância para caças. Logo, esses indivíduos eram eliminados. Nesse sentido, é difícil encontrar relatos e

*O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação:
uma análise da função social da escola*

evidências de que essas pessoas possuíam algum convívio social, fora do estigma de serem amaldiçoados por serem de determinada forma. Um exemplo é a sociedade grega, na qual se valorizava a formação do intelecto, mas também física, de modo que “era comum à política da eugenia, com a proposta de fortalecimento das mulheres para que elas gerassem filhos fortes e sadios, além do abandono das crianças fracas ou deficientes” (MONTEIRO, 2009, p. 7). O culto ao corpo sadio nessa sociedade era tamanho que dois expoentes da filosofia trataram a respeito daqueles que destoavam:

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada *Taygetos*, na Grécia (GUGEL, 2015, p.4).

A civilização romana também demonstrava desprezo aos sujeitos com deficiência, pois “não se reconhecia valores em crianças ‘defeituosas’, mas havia um outro recurso além da execução, que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe” (NEGREIROS, 2014, p.15). Aos que sobrevivessem, seus destinos eram marcados por situações degradantes e humilhantes, conforme afirma Negreiros (2014, p. 15) “a Roma Antiga é cenário de um vil mercado de prostituição ou entretenimento utilizando se as pessoas com deficiência comercialmente”.

Tais sevícias não estão renegadas a um longínquo passado superado da humanidade, uma vez que esses tipos de práticas ainda podem ser observados na contemporaneidade, como por exemplo, nas tribos indígenas brasileiras yanomâmi, suruwahás e kamayurás, que cometem o assassinato de crianças com deficiência. De acordo com Sielskis e Brito (2018, p.7) o infanticídio é praticado em casos de “recém-nascidos com alguma deficiência física (julgada pelos indígenas como maldição da divindade), filhos de mãe solteira, gêmeos ou em razão de adultério, hipóteses em que as crianças são mortas ou abandonadas na mata”. Um exemplo é o emblemático caso dos infantes Titu e Iganani, em 2005, e de Hakani, em 2008, da tribo suruwahá, amplamente divulgados na mídia:

Hakani nasceu em 1995, aparentemente sem nenhuma deficiência, contudo, dois anos após o seu nascimento, ela não havia se desenvolvido como as demais crianças de sua idade. Ainda não falava e não andava, o que foi suficiente para ser condenada à morte pela etnia. Seus pais não aceitaram a decisão do grupo, e cometeram suicídio, sendo que coube ao irmão mais velho de Hakani enterrá-la viva. Um dos irmãos dela, que na época possuía 11 anos, a desenterrou e cuidou dela por três anos, entregando-a, posteriormente, a uma equipe de missionários. Após ser submetida a tratamento médico, ela foi curada e adotada, desenvolvendo-se normalmente. [...]

E, em 2005, outros dois casos da tribo Suruwahá também foram noticiados, envolvendo duas crianças que haviam nascido com problemas físicos. Tititu nasceu com indefinição sexual e Iganani, com paralisia cerebral. Tititu foi submetida a tratamento médico e cirúrgico, tendo retornado ao povo no mesmo ano. Muwaji, para evitar que sua filha fosse morta, deixou o povo e procurou tratamento médico e atualmente elas vivem em Brasília (SIELSKIS; BRITO, 2018, p. 8).

A história da civilização demonstra, nessas perspectivas, que o processo de reconhecimento das diferenças é gradativo e baseado no combate aos preconceitos, visando à igualdade de oportunidades e dignidade humana para todos. Para Pessoti (1984, p. 187) “frequentemente na história dos povos, o medo do desconhecido tem gerado ansiedades cuja amenização é buscada na eliminação das fontes de incerteza”. A reação da sociedade frente ao desconhecido, geralmente é a de resistência ao novo, fator que torna propícia situações de exclusão:

No grupo social, muitas vezes, a aparência e a deformidade física, a incapacidade, ou ainda, a demonstração de um maior domínio que os demais companheiros em determinados campos das ciências, e/ou a manifestação de habilidades incomuns, provocam reações adversas (GOULART; MORI; MESTI; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016, p. 15).

No medievo e durante o advento do cristianismo, os indivíduos com deficiência continuaram sendo rejeitados e eliminados da sociedade. A concepção de que a deficiência fosse castigo divino em virtude dos pecados, acabava por colocar essa população ainda mais à margem, de modo que “os demônios eram expulsos com os açoites ou a fogueira. Agora que o perigo está no próprio deficiente é ele que se deve expulsar” (PESSOTTI, 1984, p. 187).

Não obstante, a busca pela salvação da alma pregada pelo catolicismo na Idade Média, cuja caridade era uma das formas de representação das virtudes, os indivíduos com deficiências finalmente passaram a ser vistos como seres humanos também possuidores alma, que necessitavam de cuidados e compreensão (RAFANTE, 2006). Dessa maneira, a aceitação das diferenças implicava em ser um bom cristão, todavia, esse era um processo de transição, pois ainda existiam resquícios das explicações das deficiências enquanto maldições.

Com a criação dos manicômios no século XIX, as pessoas com deficiências passaram a possuir atendimento médico, porém o aspecto pedagógico ainda era desconsiderado e, com o início do capitalismo mercantil, percebeu-se o indivíduo com deficiência como uma mão-de-obra, então o olhar passou pela via da produção de riquezas.

O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação: uma análise da função social da escola

Observa-se que, a história demonstra a exclusão das pessoas com deficiências ao longo das sociedades. Esse paradigma sofre uma transformação após a Primeira Guerra. Com grande número de feridos, a guerra trouxe devastadoras sequelas que não puderam ser ignoradas. Proliferaram o número de pessoas que ficaram cegas, surdas, com amputações, com diferentes distúrbios mentais e sem escolarização, que passaram anos lutando por suas nações. Houve então a necessidade de buscas sobre como reintegrar esses sujeitos socialmente, uma vez que essa a própria sociedade possuía uma dívida com os mesmos, mudando o enfoque da inclusão (RAFANTE, 2006).

Desde então, o combate à eugenia e as lutas pelas minorias, pela valorização da vida e pelos direitos humanos passaram a ter o interesse e o enfoque social ampliado. Governos passaram a investir em políticas educacionais inclusivas e a ciência passou a investigar o processo de causas das deficiências e maneiras de amenizá-las, tratá-las e evitá-las. No campo educativo, pedagogos, psicólogos e biólogos começaram a experimentar pressupostos teóricos e metodológicos e a pesquisar o processo de ensino e de aprendizagem das pessoas com deficiência e suas especificidades.

Na sociedade atual brasileira, entre avanços e retrocessos, há um grande esforço para a vivência das diferenças de forma plena, todavia, ainda existe um caminho longo a ser trilhado na garantia e manutenção dos direitos, de maneira que com “o desenvolvimento das ciências, com a contribuição dos recursos midiáticos, tem sido possível vislumbrar o fortalecimento de um novo paradigma nesta sociedade excludente e preconceituosa em que vivemos: o da diversidade” (GOULART; MORI; MESTI; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016, p. 15).

Altas Habilidades e Superdotação: conceitos e definições

As terminologias relacionadas às Altas Habilidades/Superdotação, muitas vezes, são mal interpretadas ou confundidas com crianças precoces, prodígios e gênios, de modo que “a mídia, muitas vezes, nos dá uma ideia estereotipada sobre a superdotação, vista principalmente sob a ótica da pessoa academicamente precoce e capaz de feitos maravilhosos” (VIRGOLIM, 2007, p. 11).

Podemos definir que a criança com Altas Habilidades/Superdotação é aquela que progride mais rápido que as demais, manifestando maior facilidade em uma das áreas do conhecimento (VIRGOLIM, 2007). Outras características que as diferem são a precocidade,

insistência ao realizar atividades de determinado modo, resistência frente a mudanças em suas escolhas e fúria em busca ao domínio (WINNER, 1998).

Para Gama (2006), as crianças Superdotadas e com Altas Habilidades apresentam três características específicas: talento, dedicação obstinada e pensamento criativo. Nessas perspectivas, demonstram potenciais em determinadas áreas antes da idade esperada, necessitando de pouca mediação de adultos, realizando descobertas por si mesmas. Apresentam ainda maior facilidade na aprendizagem, criatividade, motivação, criticidade e capacidade de abstração.

Na questão da precocidade apresentada enquanto característica inerente a crianças com Altas Habilidades/Superdotação, pesquisas científicas da atualidade divergem, tendo em vista adultos existentes que se tornaram eminentes, mas que não foram precoces. Isto considerando dados afirmativos apresentados que, na maior parte dos casos, as crianças Superdotadas tornam-se adultos notáveis e eminentes. É necessário apontar ainda que a precocidade extrema se caracteriza por prodígio (VIRGOLIM, 2007).

Outro autor de destaque sobre diagnósticos e atendimentos para pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, é o psicólogo educacional norte americano Joseph Renzulli (1936), que elaborou a Teoria dos Três Anéis. Para Renzulli (2004), existem três aspectos que são constantes na Superdotação: habilidade acima da média (utilização do pensamento abstrato para o processo de informações e de integração de experiências); envolvimento com a tarefa (motivação individual relacionado à uma área específica de desempenho) e criatividade (determinante na personalidade dos indivíduos eminentes).

Dessa maneira, não é possível explicar e identificar as Altas Habilidades/Superdotação apenas por testes de quociente de inteligência (QI), mas sim por uma soma de fatores que interagem entre si. O autor ainda propõe um modelo educativo no qual considera que todos os indivíduos possuem talentos, assim, cabe à escola estimular o desenvolvimento dos aspectos criadores e da inteligência de todos os educandos, formando o que ele denomina de *pool* de talentos (faixa da população em idade escolar com maior potencial).

O trabalho e pesquisas da psicóloga e pedagoga russa Helena Wladimirna Antipoff (1892-1974), pioneira na introdução da educação especial e fundadora da Sociedade Pestalozzi, proporcionaram que o atendimento de pessoas com pessoas com Altas Habilidades/Superdotação no Brasil iniciou se em Minas Gerais, em 1929 (RAFANTE, 2006).

*O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação:
uma análise da função social da escola*

Embora se possa observar que a temática não seja tão recente no país, para a legislação brasileira, a terminologia aparece pela primeira vez definida apenas em 1994, pelo Ministério da Educação, por intermédio da Política Nacional de Educação Especial:

Notável desempenho e elevadas potencialidades em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora (BRASIL, 1994, p. 7).

Tal política, todavia, não visava à inclusão educacional, mas a integração instrucional. Essa integração pode ser compreendida enquanto inserção parcial e condicional das crianças com deficiência, na qual as mesmas devem se adaptar à realidade do modelo social já imposto, realizando apenas alguns ajustes estruturais, como acessibilidade.

Não havia, nessas perspectivas, uma busca de valorização da pluralidade, das potencialidades, da tolerância e da convivência com a diferença, mas uma tentativa de que a pessoa com deficiência se transforme o mais próxima possível das consideradas normais, buscando a homogeneização da educação. De acordo com o documento, o processo regular de ensino seria voltado para aqueles que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (BRASIL, 1994, p. 19).

É importante salientar que tal política toma destaque justamente no período em que os olhares da educação mundial estão voltados para a necessidade de proporcionar acesso ao ensino para todos os cidadãos. Nesse sentido, observa-se que na década de 90 foram elaborados e publicados os dois dos principais documentos que norteiam a educação especial. A Declaração Mundial de Educação para Todos (Conferência de Jomtien, em 1990), objetivou "estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa" (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 4).

Já a Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre Educação Especial, 1994) trata-se documento que possui como objetivo "fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social" (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 5). Ainda sobre a Declaração de Salamanca, dentro de um enfoque da educação inclusiva, destaca-se que:

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a ideia de "necessidades educacionais especiais" passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 5).

A partir do exposto, é necessário para qualquer discussão educacional, observar o contexto histórico em que a mesma se insere. Acompanhando o debate internacional, em 1995 o Ministério da Educação (MEC) promulga as Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotados e Talentosos, ampliando o conceito definido na Política de Educação Especial (1994), de modo que, para o documento:

Altas habilidades referem-se a comportamentos observados ou relatados que confirmam a expressão de “traços consistentemente superiores em relação a uma média” (por exemplo: idade, produção, ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por traços as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência e duração no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registrados em épocas diferentes e situações semelhantes (BRASIL, 1995, p. 13).

Pode-se concluir que, apesar de complexidade e das diversas vertentes teóricas a respeito da padronização das características intelectuais e emocionais/sociais para estabilização do conceito de Altas Habilidades/Superdotação, cabe à instituição escolar proporcionar práticas educativas destinadas para as necessidades desses alunos que incorporam: garantia do direito de qualificação do profissional que irá atendê-lo; equipe multidisciplinar de especialistas que possam discutir os dados coletados de cada aluno; avaliação periódica; processo contínuo de identificação e estimulação, principalmente dos talentos nas áreas planejadas e a adequação de ambientes educacionais para atender o aluno em sua especificidade, no sentido de apontar e desenvolver os pontos fortes, aptidões e talento em cada área possível de ser trabalhada (BRASIL, 1995).

A identificação das Altas Habilidades ocorre no ambiente escolar, pois é nesse ambiente que aparecem as questões relacionadas à aprendizagem formal e aquisição do conhecimento científico. O importante nessa identificação é localizar o potencial que pode

*O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação:
uma análise da função social da escola*

ser desenvolvido. Esse processo de identificação requer uma avaliação periódica para verificar se os critérios para admissão foram adequados para atingir os objetivos. Os indicadores utilizados para a identificação devem ser coerentes teoricamente e contínuos, buscando refletir o conceito de Superdotação/Altas Habilidades adotado, estratégias de ensino a serem seguidas e objetivos estabelecidos pela equipe pedagógica.

A importância do trabalho com educandos com Altas Habilidades/Superdotação, vai além do individual e da valorização das diferenças. Na sociedade contemporânea, há demanda por uma população com capacidade intelectual elevada, visando o capital humano e produção intelectual e científica de uma nação. De acordo com Virgolim (2007), o potencial e talento do povo brasileiro é um produto de grande valor para o mercado internacional, de modo que é necessário estimular os eminentes.

A necessidade de estímulos e atendimento especializado para a Superdotação e Altas Habilidades, nessas perspectivas, abarcam tanto a discussão sobre a dignidade do ser humano, quanto o debate mercadológico e econômico. Isso porque esses educandos tornam-se recursos humanos necessários para o país, de modo que é fundamental que haja políticas públicas voltadas para o ensino e estímulo da geração que poderá tornar-se sustentadora do desenvolvimento cultural, artístico, tecnológico e científico da humanidade.

Função social da escola frente às Altas Habilidades e Superdotação

O psicólogo russo Alexei Leontiev (1903-1979), afirma na obra “O desenvolvimento do psiquismo” (1978) que, independente das potencialidades genéticas, nenhum ser humano nasce pronto, pois a criança aprende a ser homem na relação com seus pares. Todavia, esse processo implica diversos fatores, tais como: interação de forma dinâmica com o ambiente; processos de comunicação para a mediação das relações humanas e a apropriação e adaptação desses fatores para a utilização em seu cotidiano, como resultado final. A esse processo, Leontiev (1978) denomina de hominização do psiquismo. Desse modo, torna-se humano ao decorrer da vida.

Baseado nos estudos de Leontiev (1978), compreende-se que é possível que crianças, mesmo as que possuem alguma deficiência, possam superar dificuldades e ampliar limites em função de um processo de ensino e de aprendizagem com mediações específicas. Na contramão desse processo, crianças que manifestam habilidades diferenciadas, como no caso

das Altas Habilidades/Superdotação, caso não sejam orientadas e direcionadas para o estímulo desse potencial, poderão não o desenvolver, suprimindo-o.

Sobre a influência do meio social para a formação do ser humano, o psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934) alerta sobre os estímulos externos para o desenvolvimento de capacidades e potencialidades consideradas inatas nas crianças, de modo que condições econômicas, sociais e culturais influenciam diretamente no processo (VYGOTSKY, 1989).

É necessário destacar que, embora as características das Altas Habilidades/Superdotação dependem da genética, o meio social em que a criança vive é determinante para o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse cenário, a função social da escola é fundamental para desenvolvimento das capacidades das crianças, sejam elas superdotadas ou não, pois no processo educativo encontra-se - ao transmitir sistematicamente o conhecimento científico historicamente acumulado pela humanidade, virtudes e valores - momentos propícios para estímulos positivos ou negativos. Ainda sobre a função social das instituições escolares frente aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, suas possibilidades e desafios, pode-se afirmar que:

A escola, sem dúvida alguma, pode desempenhar um papel fundamental junto aos alunos talentosos, em sua identificação e no desenvolvimento de projetos educacionais que atendam suas necessidades e contribuam para a promoção de suas potencialidades e habilidades. Mas, para isto, ela precisa descobrir e dedicar-se a estes alunos (GOULART; MORI; MESTI; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016, p. 47).

Para Saviani (2005), por intermédio da interação entre professor e aluno, e da participação ativa dos sujeitos, a escola possibilita a aquisição de conteúdos, desenvolvimento de capacidades e a socialização do educando para que haja uma participação organizada e ativa na sociedade, refletindo sobre ela de maneira crítica e autônoma.

Cabe a escola estar preparada para receber todos os educandos, ensinando-os o respeito às diferenças, já que a sociedade não é homogênea. Dessa maneira, a escola é fundamental no combate ao preconceito e segregação, todavia, o processo de inclusão é contínuo e permanente, de modo é necessário fomentar os debates sobre a transformação da cultura escolar atual. Isso porque é necessário que as instituições escolares atendam as demandas sociais em busca da igualdade de acesso, de modo que se busca:

O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação: uma análise da função social da escola

[...] mudança para uma cultura educacional em que se valorize a igualdade entre todos os alunos, o respeito às diferenças, a participação dos pais e a incorporação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Uma mudança que potencialize a colaboração entre os professores e que defenda a flexibilidade e a busca conjunta de soluções diante dos problemas apresentados pelos alunos (COLL; MARCHESI, PALACIOS, 1996, p. 281).

No ambiente escolar são proporcionados momentos e situações nas quais as crianças desenvolvem laços afetivos, socializam e são oferecidas condições para o desenvolvimento cognitivo da mesma, bem como é um ambiente que influencia diretamente no cotidiano do indivíduo, pois é nele que a criança deve interagir durante diversas horas diárias, todas as semanas, por longos períodos de anos.

Vale salientar, no entanto, que os autores não excluem a participação dos pais no processo educativo e inclusivo dos alunos, pois como a escola é um reflexo social, a mesma não pode proporcionar a mudança sozinha, mas necessita de apoio de todas as esferas da sociedade. Ratifica tal concepção ao considerar ainda que, baseado na abordagem Histórico-Cultural, observa-se que o meio social em que a criança está inserida é fundamental para seu desenvolvimento, de modo que o “comportamento e a capacidade cognitiva de um determinado indivíduo dependerão de suas experiências, de sua história educativa, que, por sua vez, sempre terão relações com características do grupo social e da época em que ele se insere” (REGO, 2002, p 50). De encontro com tais ideias, complementa-se que:

[...] apenas a formação docente não é suficiente para promover o desenvolvimento da criatividade e das capacidades individuais uma vez que outros fatores concorrem para esse processo. Dentre esses fatores, [...] a necessidade de um currículo apropriado e flexível que viabilize a utilização de práticas pedagógicas diversificadas. Consideramos ainda que o envolvimento da comunidade escolar e da família é imprescindível para que se estabeleça um atendimento educacional articulado e coerente (GOULART; MORI; MESTI; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016, p. 49).

Para o processo inclusivo educacional, como medida para erradicação da exclusão social e marginalidade, é necessária também a responsabilização do poder público. Saviani (2005) afirma que a responsabilidade para proporcionar recursos humanos e materiais para a inclusão, bem como as políticas públicas para a melhoria do ensino é do Estado. Dentre tais iniciativas, pode-se citar a Resolução n. 4/2009 com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

A resolução institui o Atendimento Educacional Especializado, conhecido pela sigla AEE (serviço complementar de formação de alunos do ensino regular que possuem

deficiências, que ocorre no período de contraturno ao ano em que o mesmo está matriculado e conta com a interação do professor especializado com o regente), que devem ser realizados em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) ou em Centros de Atendimento Especializado (CAEE). As SRM além de possuírem o professor com especialização para atuação na área, dispõem de materiais didático-pedagógicos voltados para as necessidades específicas dos alunos, bem como estrutura física adaptada (AZEVEDO; MORI, 2010).

Na questão das políticas públicas de financiamento da Educação Especial, é interessante citar que os alunos matriculados no ensino regular são contados duplamente, de modo a incentivar a articulação entre as duas modalidades de ensino, Regular e Especial. Sobre a organização o financiamento:

[...] considerando as definições de SRM e AEE, um ponto importante para o estabelecimento da atual política pública de inclusão é o aspecto financeiro. Os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação serão contabilizados duplamente, desde que estejam na seguinte situação: a) Matrícula na classe comum e na SRM da mesma escola pública; b) Matrícula na classe comum e na SRM de outra escola pública; c) Matrícula na classe comum e no CAEE público; d) Matrícula na classe comum e no CAEE privado sem fins lucrativos (AZEVEDO; MORI, 2010, p. 119).

Observa-se, entretanto, que embora as leis garantam o Atendimento Educacional Especializado, o que é posto não é cumprido de fato. Isso porque fatores estruturais da organização da Educação Básica no Brasil, questões políticas e econômicas afetam sua concretização, e “impedem sua real efetivação comprometendo o acesso a uma educação de qualidade a todos” (GOULART; MORI; MESTI; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, 2016 p. 53).

Com o exposto, pode-se concluir que o processo de inclusão depende de diversos fatores que interagem entre si e refletem o momento histórico e social do Brasil na atualidade. Para que a oferta de uma educação de qualidade para todos, não apenas para a Educação Especial, é necessário mais que formação docente, participação dos pais e investimento público. É necessário conhecimento e comprometimento da sociedade, a fim de transformar a cultura excludente do país. Dessa maneira, a escola poderá encaminhar o sujeito ao seu processo de hominização, expondo-o a conteúdos científicos e sociais, com os quais poderá apropriar-se de experiências culturais, construir novos conhecimentos e conviver em sociedade.

Considerações finais

A Educação Inclusiva, surgida no contexto histórico da Declaração de Salamanca (1994), dedica-se a focalizar os olhares dos educadores para as potencialidades e conquistas do educando especial, deixando de dar ênfase às deficiências e limitações. A escola e seus atores sociais devem aceitar e adaptar-se ao aluno com necessidades educativas especiais, não o contrário, proporcionando relações de respeito à diversidade e acesso ao ensino científico e cultural sistematizado.

A Educação Especial, nesse contexto, passou a integrar a proposta pedagógica ensino regular, promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltado para as necessidades educativas específicas de alunos com deficiências (física, intelectual, visual, auditiva), Transtornos Globais do Desenvolvimento (Psicose Infantil, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Asperger) e, finalmente, Altas Habilidades/Superdotação, foco desse estudo.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Atendimento Educacional Especializado consiste em “um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MANTOAN, 2010, p.14). O AEE realiza-se no contraturno escolar, buscando atender as especificidades das necessidades educacionais especiais do educando, complementando o ensino regular.

Documentos oficiais, tais como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (1994), buscam legitimar em território nacional as conquistas e políticas em busca de uma educação de qualidade que atinja todos os educandos, independente de suas especificidades, combatendo o preconceito, a intolerância e a exclusão. Todavia, o processo inclusivo não pode ser analisado de forma isolada ao contexto social em que se insere, isentando responsabilidade os sujeitos. À sociedade, por meio de seus legisladores, cabe promover e exigir uma política educacional efetiva para esse segmento, dando suporte para superação dos entraves educacionais que impedem um trabalho efetivo com alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

O investimento na educação de alunos com Altas Habilidades/Superdotação se faz necessário, inicialmente, porque são cidadãos que possuem direito ao acesso a uma educação

de qualidade. Uma educação humanitária que se fundamenta na igualdade precisa voltar seu olhar para esses indivíduos, pois caso não o faça, estes serão excluídos ao longo de sua vida escolar.

Muitas vezes, aquele aluno que apresenta dificuldade durante o processo de aprendizagem, torna-se foco da atenção do professor. Todavia, aquele que se destaca, que é eminente, por conseguir realizar atividades sozinho, deixa de ser estimulado e atendido pelo próprio sistema. Em segundo lugar, o intuito do investimento está no dato de que os governos, de modo geral, perceberam que o principal recurso para o desenvolvimento econômico está no recurso humano, no capital intelectual e na produção de conhecimento científico.

Cabe à escola e ao professor, com formação específica e com condições de trabalho dignas ofertadas pelo sistema público de ensino, proporcionar situações que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e intelectual, estimulando a criatividade e a autonomia do aluno. Porém, de acordo com pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, não cabe somente a escola esse estímulo, mas também as outras esferas sociais e culturais que o aluno está inserido. Nesse sentido, há muitos pesquisadores da Educação Especial que elencam a participação da família no desenvolvimento do indivíduo.

Os papéis da família, escola, Estado e sociedade são distintos, porém, indissociáveis. Se quisermos uma sociedade mais humana e igual, temos que investir em todos, incluindo ambientes propícios à aprendizagem de indivíduos com Altas Habilidades ou Superdotação. Porém, se esperarmos todas as condições utópicas para inclusão, ela nunca ocorrerá, pois as falhas dos sistemas educacionais e governamentais são inúmeras e a responsabilização pela educação não é única e exclusiva do Estado. Pode-se concluir, desse modo, que o processo de inclusão social é um processo contínuo, que não está pronto e acabado, mas que será aperfeiçoado historicamente conforme o aprimoramento da ciência, da consciência social da população e das demandas sociais.

Referências

AZEVEDO, Elis Milena Moreira de; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. A educação da pessoa com deficiência. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (Org.). **Política Educacional Brasileira**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 109-122.

O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação: uma análise da função social da escola

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CHAVES, Marta; FRANCO Adriana de Fátima. Primeira infância: educação e cuidados pra o desenvolvimento humano. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio. (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: Do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 109-127.

COLL, César; ONRUBIA, Jesús. MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GAMA, Maria Clara Sodré. **Educação de superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.

GOULART, Aurea Maria Paes Leme; MORI, Nerli Nonato Ribeiro; MESTI, Regina Lúcia; ALBUQUERQUE, Rosana Aparecida; BRANDÃO, Sílvia Helena Altoé. **Altas habilidades/superdotação: reflexões e processo educacional**. Maringá: EDUEM, 2016.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID), 2015. Disponível em <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 09 ago. 2022.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Atendimento Educacional Especializado**. Fortaleza: UFC, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Declaração de Jomtien (verbete). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. p. 4.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Declaração de Salamanca (verbete). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. p. 5.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Corporeidade e educação física: Histórias que não se contam na escola!** 165 p. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade São Judas Tadeu.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: porque, como, onde e para quem?** 50 p. Rio de Janeiro, 2014. Monografia em Acessibilidade Cultural - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PESSOTTI, Isafas. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RAFANTE, Heulalia Charalo. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948.** 260 p. São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos.

REGO, Teresa Cristina. Configurações sociais e singularidades: o impacto da escola na constituição dos sujeitos. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento; REGO, Teresa Cristina (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea.** Moderna: São Paulo, 2002. p. 47-76.

RENZULLI, Joseph. O que é esta coisa chamada Superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 52, p. 75-131, jan./abr. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo.** Campinas: Autores Associados, 2005

SIELSKIS, Jaqueline Camargo Machado de Queiroz; BRITO, André Cavichioli. Análise do “Infanticídio” Indígena a Partir da Hermenêutica Diatópica. **Revista Pleiade**, v. 12, p. 5-15, 2018.

VIRGOLIM, Angela Márgda Rodrigues. **Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas: mitos e realidades.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Sobre as autoras

Vanessa Freitag de Araújo

Graduada em Pedagogia (2007) e Filosofia (2016), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Educação a Distância (2011), História: Cultura, Economia e Política (2012) e em Atendimento Educacional Especializado (2016). Mestre em Educação (2010), mestre em Filosofia (2021) e doutora em Educação (2018), pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP-UEM). Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2003-9896>. E-mail: vfaraujo2@uem.br.

Gabriely Silveira Nogueira

Pedagoga (2022), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-graduanda em Arteterapia, Musicalização e Contação de Histórias no Ambiente Escolar (Instituto Rhema). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2246-3300>. E-mail: silveiragabriely10@gmail.com.

Recebido em: 12/08/2022

Aceito para publicação em: 02/07/2023